

PRINCÍPIOS E PROPOSTAS

Diretrizes de governo para o mandato de Deputado Estadual — Estado,
trabalho, saúde, educação, meio ambiente e direitos.

PROGRAMA DE GOVERNO

65123

SUMÁRIO

01 ESTADO E ECONOMIA

03 ECONOMIA SOLIDÁRIA

05 SAÚDE MENTAL

07 CULTURA

09 EMPRESAS PÚBLICAS

11 MOBILIDADE

13 MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

15 ASSISTÊNCIA SOCIAL

17 IGUALDADE DE GÊNERO

19 POPULAÇÃO LGBT

21 LITORAL

02 TRABALHO E RENDA

04 SAÚDE

06 EDUCAÇÃO

08 SEGURANÇA PÚBLICA

10 UNIVERSIDADES

12 LIBERDADE RELIGIOSA

14 SOBERANIA ALIMENTAR

16 POVOS INDÍGENAS

18 COMBATE AO RACISMO

20 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Este documento reúne os 21 eixos de atuação e as propostas de governo de Thiago Bagatin para o mandato de Deputado Estadual do Paraná pelo PCdoB. Cada eixo apresenta as diretrizes prioritárias organizadas por tema.

01 ESTADO E ECONOMIA

- 1 Fortalecimento do Estado em todas as áreas: saúde, educação, assistência social, habitação, cultura, mobilidade urbana, segurança pública, trabalho e renda, meio ambiente, esporte e lazer.
- 2 Combate às políticas neoliberais, expressas, principalmente, em privatizações e terceirizações.
- 3 Criação de uma Companhia Estadual de Construção Civil estimulando a geração de empregos e permitindo o avanço em obras públicas de pequeno e grande porte, com a adoção de um programa de obras públicas de saneamento, habitação, de reforma de escolas e hospitais e construção de moradias populares.

02 TRABALHO E RENDA

- 1 Construção de estudos e soluções para atingir o salário mínimo regional de R\$ 8.110,92 — valor indicado como mínimo necessário apontado pelo DIEESE.
- 2 Redução da jornada de trabalho semanal para 30 horas sem redução de salários.
- 3 Realização de concursos públicos para recomposição da força de trabalho nas diversas áreas das políticas públicas.
- 4 Defender o fim da escala 6x1 na administração pública estadual e concessionárias. Priorizar políticas de prevenção ao adoecimento físico e mental dos trabalhadores.

03 ECONOMIA SOLIDÁRIA

- 1 Defender que, no mínimo, 70% das compras do Estado (merenda escolar, insumos, mobiliário urbano, dentre outros) advenham de cooperativas e redes de economia solidária certificadas.
- 2 Criar linhas de crédito subsidiado para cooperativas urbanas e rurais.
- 3 Regularizar o uso de imóveis públicos estaduais desocupados ou sob concessão para a instalação de Centros Públicos de Economia Solidária e cozinhas comunitárias geridas coletivamente.

04 SAÚDE

- 1 Construção de um Complexo Industrial da Saúde para fabricação de remédios, vacinas, hemoderivados, insumos farmacêuticos ativos (IFAs), reagentes de laboratório, equipamentos hospitalares, aparelhos de imagem, órteses, próteses e dispositivos médicos, com a finalidade de abastecer o SUS e diminuir a dependência de importações de outros países.
- 2 Reversão das privatizações na saúde pública, seja na rede de assistência, setores de pesquisa, fármacos, imunobiológicos, hemoderivados e insumos, indústria de material médico-hospitalar ou de equipamentos.

- 3 Ampliar a rede de hospitais regionais de média complexidade, com consultas de especialidades e exames complexos, para evitar os longos deslocamentos à capital.
- 4 Desenvolver projetos voltados à inclusão, campanhas educativas e suporte a famílias de pacientes com síndromes genéticas ou transtornos do espectro autista (TEA).
- 5 Melhoria das condições de trabalho e estruturação das carreiras dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde (SESA).
- 6 Maior investimento e contratações na rede de atenção à saúde da família para atenção primária de qualidade.

05 SAÚDE MENTAL

- 1 Reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com foco nos serviços substitutivos como o CAPS, os Centros de Convivência, Serviços Residenciais Terapêuticos e leitos em hospitais gerais.
- 2 Atuar contra modelos que descaracterizam a Reforma Psiquiátrica e o cuidado em liberdade. Acionar os órgãos de controle para garantir o cumprimento da legislação.
- 3 Fechamento das Comunidades Terapêuticas, redirecionamento dos recursos públicos para a RAPS.
- 4 Substituir a lógica da repressão e da internação compulsória pelo cuidado em liberdade e redução de danos. Ampliar serviços públicos de acolhimento e tratamento.
- 5 Valorização da Psicologia e de todas as áreas da saúde mental.

06 EDUCAÇÃO

- 1 Revogar a militarização das escolas estaduais e devolver a gestão às comunidades escolares.
- 2 Instituir eleição direta para diretores com participação de professores, estudantes, famílias e servidores. Fortalecer conselhos escolares e grêmios estudantis.
- 3 Combater a platformização da educação. Proteger a saúde dos profissionais da educação e a autonomia pedagógica.
- 4 Ampliar atividades esportivas, culturais e comunitárias no contraturno escolar. Integrar coletivos e profissionais locais à educação integral.
- 5 Reverter a privatização das gestões das escolas estaduais. Preservar o caráter público da educação e da atividade docente.
- 6 Diminuir o número de estudantes máximos por sala de aula, evitando a sobrecarga das/os trabalhadoras/es da educação.

07 CULTURA

- 1 Criar uma Agência de Fomento Multiartes para financiar, produzir e distribuir bens e serviços culturais paranaenses, promovendo geração de emprego, renda e projeção da imagem do Estado no Brasil e no exterior.
- 2 Elevar o investimento em cultura para, pelo menos, 1% do orçamento estadual.
- 3 Fortalecer a rede de Pontos e Pontões de Cultura com financiamento permanente.
- 4 Incentivar a arte urbana, o circo popular e a cultura de rua com editais específicos e menos burocracia.
- 5 Preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná.
- 6 Incentivar a abertura de concursos públicos para trabalhadores das Fundações Culturais dos municípios do Paraná, possibilitando uma participação ativa no cadastramento e acompanhamento das manifestações culturais já existentes de cada região.

08 SEGURANÇA PÚBLICA

- 1 Transformar a Polícia Militar em força de status civil, melhorando as condições de trabalho dos policiais com redução de jornada e direito à sindicalização.
- 2 Reestatização de todo e qualquer presídio que está sob gestão de parcerias público-privadas.
- 3 Direcionar recursos para equipar delegacias de investigação da Polícia Civil com tecnologia de ponta, focado em desarticular o crime organizado, cortar fluxos financeiros e prender os chefes do crime — e não apenas pequenos operadores.
- 4 Implantar os Centros Integrados de Polícia Cidadã (CIPC) reunindo policiais de proximidade, assistência social e mediação comunitária. Fortalecer a prevenção da violência e a resolução pacífica de conflitos.
- 5 Reestruturar a Ouvidoria da Polícia Militar com maioria da sociedade civil e autonomia institucional.
- 6 Abrir concurso público e aprovar o Plano de Carreira dos agentes profissionais de nível médio, dos agentes profissionais de nível superior e dos monitores de ressocialização do Sistema Prisional.
- 7 Lutar pela efetivação da Emenda 104, que altera o art. 144 da Constituição Federal, considerando que a Polícia Penal deve se restringir à segurança das penitenciárias, garantindo que as funções administrativas e técnicas sejam exercidas por corpo técnico especializado.
- 8 Casa de acolhimento para pessoas que são resgatadas do tráfico de pessoas.

09 EMPRESAS PÚBLICAS

- 1 Impedir a privatização da Celear para preservar a soberania digital e a segurança dos dados da população.
- 2 Reestatizar a COPEL, garantindo controle público de um bem estratégico, tarifas justas, qualidade nos serviços, investimentos reais para o povo paranaense e o fim dos lucros excessivos voltados aos acionistas.

- 3 Reestatizar a Sanepar, resgatando a soberania sobre a água e o saneamento, para garantir tarifas justas, prioridade social e investimentos voltados ao bem-estar do povo, e não ao lucro de acionistas.

10 UNIVERSIDADES

- 1 Construção de moradias, Restaurantes Universitários (RU) e transporte gratuito em todas as universidades do Paraná.
- 2 Redução da carga horária de trabalho dos Agentes Universitários (TAEs) para 30h semanais, sem diminuição dos salários.
- 3 Abertura de concurso público para professores e Agentes Universitários (TAEs).
- 4 Revogação imediata da Lei Geral das Universidades (LGU), por esta ferir a autonomia didático-administrativa das instituições estaduais.
- 5 Ampliar os recursos para a pesquisa científica nas universidades, assegurando a soberania nacional.

11 MOBILIDADE

- 1 Reduzir o IPVA para carros elétricos, híbridos e movidos a hidrogênio, além de zerar alíquotas de ICMS para equipamentos de recarga elétrica.
- 2 Estabelecer metas progressivas para que os ônibus do transporte intermunicipal sejam substituídos por modelos de zero emissão (elétricos ou a célula de combustível).
- 3 Criar o Plano Estadual de Eletromobilidade para garantir a instalação de eletropostos em rodovias estaduais e prédios públicos.
- 4 Alinhar o estado aos incentivos federais de transição energética, apoiando polos tecnológicos locais focados em energias renováveis para transportes.
- 5 Construir a “Nova Ferroeste” sem concessão à iniciativa privada, com o objetivo de transportar pessoas e cargas com trens, ligando Foz do Iguaçu à Paranaguá.
- 6 Fim dos pedágios nas estradas paranaenses.
- 7 Estatização do sistema de transportes coletivos e de massas, com a redução das tarifas a nível dos custos do sistema.
- 8 Passe-livre para estudantes, desempregados, idosos e trabalhadores isentos de Imposto de Renda.

12 LIBERDADE RELIGIOSA

- 1 Reconhecer todas as manifestações religiosas como patrimônio cultural do Paraná. Combater a discriminação, com atenção especial às religiões de matriz africana.
- 2 Criar uma política estadual de prevenção, denúncia e proteção às vítimas de intolerância religiosa.

- 3 Instituir o Estatuto da Neutralidade Confessional nos órgãos públicos do Paraná, proibindo o uso de recursos, atos oficiais e símbolos institucionais para promover ou discriminar qualquer crença, garantindo o absoluto respeito à laicidade do Estado e à igualdade de todos os cidadãos.

13 MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

- 1 Exigir estudos prévios para grandes empreendimentos considerando impactos ambientais, sociais e econômicos.
- 2 Criar o Programa Estadual de Cidades Resilientes e Adaptação Climática (PECRAC), focando em prevenção de desastres, proteção de populações vulneráveis e dotação orçamentária.
- 3 Criar fundo para destinar parte dos resultados econômicos de grandes empreendimentos às populações impactadas.
- 4 Criar plataforma pública para conectar geradores de resíduos e compradores, priorizando cooperativas de catadores.
- 5 Defender a reforma agrária, com a imediata desapropriação de todos os latifúndios improdutivos, das fazendas com trabalho escravo e as que não estejam cumprindo a função social conforme regulamenta a legislação.
- 6 Criar uma empresa pública para produção de vacinas e insumos para a agricultura e agropecuária, com vistas ao atendimento da demanda do estado.
- 7 Proibir o uso de agrotóxicos no estado do Paraná.
- 8 Concursos públicos para profissionais das agências ambientais do estado.
- 9 Revisar todos os contratos e concessões ambientais dos últimos 6 anos.
- 10 Recuperar todos os órgãos ambientais que foram unidos ao IAT (ITCG, Mineropar, Instituto de Águas do Paraná e Instituto Ambiental do Paraná).
- 11 Fomentar o uso de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), como jardins de chuva, parques lineares de retenção de água e telhados verdes em prédios públicos.
- 12 Priorizar recursos do orçamento estadual para obras de macrodrenagem em bacias hidrográficas urbanas críticas.

14 SOBERANIA ALIMENTAR

- 1 Criar uma política agrícola ecologicamente sustentável, com incentivo à produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos a serem disponibilizados a preços mínimos para a população.
- 2 Fortalecer os órgãos de abastecimento alimentar e dos estoques reguladores, visando a garantia da segurança alimentar da população.
- 3 Garantir que a alimentação escolar seja 100% advinda da agricultura familiar, com gestão popular e comunitária das cozinhas das escolas de todo o estado.
- 4 Criar hortas comunitárias organizadas e geridas pelos estudantes e pela comunidade escolar em todas as escolas estaduais.
- 5 Incentivar que a produção agrícola seja orientada pela perspectiva agroecológica e agroflorestal, recompondo espécies nativas, preservando os solos, as nascentes de água, os lençóis freáticos e prezando pela soberania e segurança alimentar.

- 6 Ampliar os bancos de sementes crioulas em cada microrregião geográfica.

15 ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1 Fortalecer os conselhos tutelares, garantindo estrutura adequada, segurança, carros suficientes e equipe técnica para suporte dos conselheiros tutelares.
- 2 Instituir o auxílio-creche emergencial e o kit de cuidados básicos para gestantes e mães em situação de extrema pobreza no Estado do Paraná.
- 3 Construir Centros Populares de Convivência Dia para Idosos nos municípios do Paraná.
- 4 Criar a Política Estadual de Valorização e Apoio Psicológico aos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná.
- 5 Implementar a plataforma “SUAS Transparente”, centralizando dados e dando transparência às filas de espera por vagas em programas habitacionais, de acolhimento ou cursos de formação.
- 6 Promover a construção de moradias populares e destinar para habitação as edificações que não cumpram a função social.

16 POVOS INDÍGENAS

- 1 Defender a demarcação de terras indígenas e titulação dos territórios quilombolas.
- 2 Criar Centros Culturais Indígenas, destinados a eventos culturais, vendas de artesanatos e exposições artísticas.
- 3 Garantir orçamento para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e ampliar as equipes multiprofissionais qualificadas, para assegurar atenção integral à saúde dos povos originários.
- 4 Consolidar o controle social e a escuta ativa das comunidades nas decisões de saúde.
- 5 Integrar práticas da medicina ocidental com os conhecimentos tradicionais indígenas.
- 6 Melhorar a infraestrutura de escolas nas aldeias e garantir o cumprimento de diretrizes pedagógicas interculturais e bilíngues.
- 7 Incluir nos currículos estaduais a história dos povos originários do Paraná (como os Guarani, Kaingang e Xetá).
- 8 Instalar poços artesianos, saneamento básico e energia elétrica de qualidade em áreas de retomada e aldeias consolidadas.
- 9 Facilitar linhas de crédito e assistência técnica para o artesanato tradicional e para o manejo sustentável da terra.
- 10 Fortalecer escolas existentes em comunidades e implantar novas onde não existem, com sistema educativo que respeite língua, cultura, etc. das comunidades.
- 11 Fortalecer e ampliar política de casas de passagem.

17 IGUALDADE DE GÊNERO

- 1 Expandir e equipar unidades da Casa da Mulher Brasileira e delegacias especializadas em municípios de médio e grande porte no interior do estado.
- 2 Defender a aprovação do PL da Misoginia.
- 3 Ampliar os grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica.
- 4 Criar linhas de crédito subsidiadas pelo Fomento Paraná voltadas a empreendimentos liderados por mulheres.
- 5 Proibir exigência de discriminação salarial e instituir o selo estadual de equidade salarial para empresas que contratam com o governo do estado.
- 6 Fortalecer diretrizes pedagógicas estaduais focadas na prevenção da violência de gênero e no respeito à diversidade nas escolas públicas.

18 COMBATE AO RACISMO

- 1 Fortalecer e fiscalizar a aplicação de cotas nas universidades estaduais do Paraná, garantindo assistência estudantil permanente para permanência acadêmica.
- 2 Estabelecer protocolos obrigatórios de capacitação continuada em direitos humanos e combate ao racismo institucional para policiais civis, militares e agentes penais do estado.
- 3 Fiscalizar e criar mecanismos estaduais de apoio pedagógico para a efetiva implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 (ensino de história e cultura afro-brasileira) nas escolas da rede estadual de ensino.
- 4 Cotas no serviço público de percentual compatível com a presença demográfica dessa população.

19 POPULAÇÃO LGBT

- 1 Fiscalizar e ampliar o acesso ao atendimento ambulatorial e hospitalar para efetivação do processo transexualizador no SUS estadual.
- 2 Criar e financiar centros regionais de referência no interior do estado para acolhimento jurídico e psicológico de vítimas de LGBTfobia.
- 3 Garantir o respeito e o uso correto do nome social em órgãos públicos estaduais e redes de ensino sob jurisdição do estado.
- 4 Implementar diretrizes estaduais de conscientização contra o bullying homofóbico e transfóbico nas escolas públicas paranaenses.
- 5 Cobrar dados transparentes e estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública sobre crimes motivados por orientação sexual ou identidade de gênero.
- 6 Estimular empresas parceiras do estado a adotarem práticas inclusivas de contratação de pessoas trans por meio de selos de responsabilidade social.
- 7 Disciplinar por lei o direito ao nome social.

20 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 1 Garantir equipamentos para a permanência de estudantes e trabalhadores com deficiência em escolas e universidades, como tablets, lupas eletrônicas, impressoras braile e mesas de estudo para cadeirantes e pessoas com obesidade.
- 2 Construir Centros-Dia para adultos com deficiência — serviço de proteção social especial focado em autonomia e convivência durante o dia.
- 3 Desenvolver projetos voltados à formação laboral adaptada, artesanato e economia solidária para pessoas com potencial produtivo.
- 4 Construir instituições de Longa Permanência ou Residências Inclusivas (Casa-Lar) destinadas a adultos que não possuem retaguarda familiar.
- 5 Garantir letores, intérpretes de Libras e mediadores concursados em todas as escolas e universidades.
- 6 Estimular que Libras (Língua Brasileira de Sinais) se torne disciplina obrigatória nas escolas.
- 7 Garantir acessibilidade arquitetônica e comunicacional em escolas, universidades, hospitais, centros de lazer e cultura, segundo os princípios do desenho universal.
- 8 Criar polos de reabilitação física, auditiva e intelectual em regiões do interior com vazios assistenciais.
- 9 Propor créditos no ICMS para indústrias e comércios paranaenses que ultrapassem as cotas legais de contratação de PCDs.
- 10 Fiscalizar e ampliar a exigência de adaptação de 100% dos ônibus rodoviários intermunicipais para cadeirantes.
- 11 Atualizar as regras de gratuidade no transporte intermunicipal para acompanhantes de pessoas com deficiência severa.

21 LITORAL

- 1 Construção e ampliação de instituições e equipamentos públicos, movimentando a economia das cidades do litoral.
- 2 Fortalecimento da economia criativa, como forma de geração de renda e de valorização da cultura do litoral.
- 3 Fortalecimento do ecoturismo, com visitas guiadas, trilhas, educação ambiental, bases comunitárias, canoagem, rapel, tirolesa, pousadas e campings ecológicos.
- 4 Construção do Restaurante Universitário (RU) para os estudantes da UNESPAR em Paranaguá.
- 5 Consórcio metropolitano de transporte gratuito para universitários que moram numa cidade e estudam em outra.
- 6 Contrapartida econômica para pescadores, indígenas, quilombolas e caiçaras impactados por obras de infraestrutura.
- 7 Asfaltamento da estrada Antonina-Guaraqueçaba.
- 8 Incentivos para eventos culturais que ocorrem, principalmente, fora do período da temporada.
- 9 Ampliação do campus da UFPR Litoral.

10 Revitalização do centro histórico de Paranaguá.

11 Construção e ampliação de museus que valorizem a história do litoral.

12 Ciclofaixa com iluminação em todo trecho Guaratuba-Matinhos.

13 Construção do Ambulatório de Especialidades Médicas do Litoral.

14 Ambulanchas equipadas nos territórios.

15 Custeio de Unidade Básica de Saúde para atender as comunidades insulares e ribeirinhas.

16 Construção do Hospital Regional de Matinhos, com manutenção e custeio estadual.